



MULHERES DA *BELLE ÉPOQUE* EM DEBATE – QUESTÕES FEMININAS NAS CRÔNICAS DE OLAVO BILAC

Marta Eymael Garcia Scherer¹

O mundo comemorava a virada dos séculos XIX para XX com euforia e temor das mundaças que se consolidavam na sociedade. Dos relacionamentos humanos ao mundo dos negócios, as transformações eram sentidas de forma abrupta, afetando desde a ordem social até as concepções de tempo e espaço. Vale lembrar que a população do país dobrou de 1890 a 1920, chegando a marca dos 30 milhões de habitantes, do quais mais de um milhão moravam na Capital Federal. Inseridas neste cenário de mudanças, mulheres de todas as classes e raças viviam as novas realidades como protagonistas ou expectadoras, deixando perplexos os mais conservadores, empolgados os mais progressistas e, muitas vezes, sem ação as próprias representantes do sexo feminino.

Entretanto, era ainda o tripé mãe-esposa-dona de casa o destino natural e, mais do que isso, esperado. Essa era a mais importante função da mulher, correspondendo “àquilo que era pregado pela Igreja, ensinado por médicos e juristas, legitimado pelo Estado e divulgado pela imprensa”². Um dos expoentes dessa imprensa é Olavo Bilca, cujo nome sempre associamos à poesia, mas que foi um intelectual atuante também na prosa, escrevendo por mais de 20 anos para jornais, justo na virada dos séculos XIX para o XX. Numa das muitas crônicas que fala sobre as mulheres, Bilac deixa testemunho de como era vista a condição feminina:

O Brasil é ainda uma das nações mais tímidas do mundo, sempre que se trata de romper com as tradições do recato e da modéstia em que antigamente se educavam as mulheres. Ainda compreendemos e mantemos a educação feminina 'à antiga', destinada a dar à mulher, como diz um estafado chavão, 'a soberania no lar, e o sacerdócio da maternidade'.³

No tocante aos direitos legais, foi sacramentada em dois momentos a condição de inferioridade feminina, mas ainda assim encontram-se avanços. O primeiro código civil da recém nascida República, promulgado em 1890, concebia como um direito natural a supremacia masculina. Cabiam ao marido todas as decisões do casal, pois era ele quem chefiava a família, sendo responsável pela sua vida pública, manutenção e administração dos bens, inclusive dos que a esposa trouxera como 'dote', prática que ainda era comum por aquela época.

¹ Doutoranda em Literatura (UFSC). E-mail: martascherer@gmail.com

² SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 374

³ BILAC, Olavo. Diário do Rio. *Correio Paulistano*, 14/06/1908 – In: DIMAS, Antonio. Bilac, o Jornalista: crônicas. v.2. São Paulo: Imesp. 2006. p. 194



Com o virar dos séculos, as mulheres conquistam alguns avanços, ainda que os olhando hoje nos pareça absurda a condição precária de cidadania daqueles anos. Em 1916 entra em vigor um novo código civil, que apresenta normas, deveres e obrigações a fim de assegurar a ordem familiar. O marido como provedor, homem público, e a mulher como esposa e mãe, funções domésticas: esses eram os papéis esperados. O Código Civil de 1916 reforçava a posição subalterna da esposa, mas trazia como novidade o fato da manutenção da família ser de responsabilidade de ambos cônjuges. A esposa agora tinha esse dever, mas pouco direito lhe era concedido. O esposo seguia como representante legal da família e administrador dos bens comuns. Um pequeno passo foi obtido no que se refere ao bens particulares da cônjuge, que podiam ser administrados por ela, por ele ou por ambos, dependendo do contrato matrimonial. E, para culminar, a esposa era declarada ‘relativamente inabilitada’ para exercícios de certos atos civis, assim como os menores de idade e os indígenas.

Para poder trabalhar a mulher casada dependia da autorização de seu esposo ou, em caso, de confronto, de decisão judicial. Entre outros motivos, o trabalho remunerado feminino significava que o marido não era competente para prover a família, o que envergonhava e feria seus bríos – sentimento que até hoje vemos perpetuado em muitos casos. Trabalhar para obter algum tipo de realização profissional estava fora de cogitação.

Um exemplo paradigmático de mulher que rompeu com esta visão castradora foi o da compositora e maestrina Chiquinha Gonzaga. Após casar com um homem sisudo imposto por seu pai, que a proíbia de tocar, escolhe a música no lugar das convenções sociais. Sai de casa, abandona filhos e marido, luta pelo divórcio e o consegue exatamente um século antes do direito civil tornar-se legal no Brasil⁴. Embora pouco divulgado e mantido em tom sigiloso pela Igreja, o divórcio foi praticado no Brasil até o fim do Império, tornando-se mais raro após a proclamação da República, justo quando o país pretendia-se moderno.

Em crônica que tem como título *Divórcio* e publicada na revista satírica *A Bruxa*, na qual Olavo Bilac e outros intelectuais da época utilizavam-se de pseudônimos para escrever sobre temas polêmicos, o cronista inicia afirmando taxativamente que “o maior e mais pertinaz inimigo do Divórcio, é, sem dúvida, o padre”. No decorrer do texto dá as razões pelas quais acredita que esse direito civil deva ser insituído pelo Parlamento republicano e conclui que “O divórcio é uma medida de interesse social. Há de ter seu dia, como o teve a abolição dos escravos e a dos privilégios

⁴ DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009. p. 75



dinásticos, elementos tão corrompidos como os que a Igreja há dois mil anos com rara habilidade explora.”⁵

Em outro texto que aborda o tema, Olavo Bilac simula um diálogo no qual uma interlocutora afirmaria ver o divórcio como uma ameaça, por causa da situação dependente das mulheres: “Os homens sabem que quando puderem retomar-nos o anel, o juramento e o nome, que nos deram no dia do casamento, nós, com medo do abandono, [nos] transformaremos em requintes de bajulação e de humildade”⁶. O cronista mostrava uma realidade: a de que o destino das poucas mulheres divorciadas era, em geral, o ostracismo e o desprezo da sociedade.

Na sua maioria – e aqui não cabe qualquer julgamento de valor – as mulheres de classe média e alta aceitavam e reproduziam os padrões de comportamento exigidos. Nunca tomando as rédeas de sua vida – de filhas obedientes passavam a esposas submissas – essas mulheres viviam à margem das decisões e do mercado de trabalho. Em crônica que fala sobre os direitos femininos, defendidos por uma recente publicação da escritora Mme Barine, Bilac mostra como a sobrevivência feminina estava ligada ao casamento. Segundo o cronista, Barine defendia que as mulheres feias podiam ser felizes, o que lhe parece um absurdo, mas também uma necessidade. Para tanto, “é preciso que as mulheres se instruem, se eduquem, se emancipem e possam ganhar livremente a sua vida, podendo ser feias à vontade, sem que por isso sejam obrigadas a morrer à míngua de pão”⁷. Morrer a míngua era não casar. Mais uma vez o cronista se indigna com a condição feminina:

Até hoje (absurdo máximo! Absurdo dos absurdos!) o casamento tem sido para as mulheres, não uma questão de amor e de inclinação, mas uma questão de vida ou de morte, uma imposição da luta pela existência. As meninas do Brasil nascem, criam-se e educam-se, contando com o casamento; ou casam, ou morrem para a vida social: ficam sendo zeros colocados à esquerda de algarismos, entidades inúteis que não concorrem de modo algum para aumentar o valor da comunhão. Haverá condição mais degradante?

A pergunta do cronista parece ter ficado no ar por muitos anos, pois o casamento como um valor social perdura ainda, apesar do verniz de liberdade que recobre as relações atuais. Se hoje as meninas não são educadas para ser uma boa dona de casa, muitas tampouco o são para serem totalmente livres. Porém, é evidente que no início do século XX a pressão e a necessidade de realizar um ‘bom’ matrimônio era muito maior, sendo assim preparar a filha para as tarefas do lar se

⁵ BILAC, Olavo. O Divórcio. *A Bruxa*, 09/10/1896. In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. Op.cit., p. 42

⁶ BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias. Interview*, 13/10/1894 – In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. São Paulo: Imesp. 2006. p. 136

⁷ BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias. O direito de ser feia*, 15/04/1898 – In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. op. cit., p. 267



fazia imperativo. E mais uma questão é apresentada por Bilac em texto com o ‘pitoresco’ título de *Mulheres Demais*. Nele o cronista afirma que há no Brasil mais 42.674 mulheres do que homens, o que pode se tornar um problema social, sendo “especialmente uma desgraça para o sexo feminino em um país como o nosso, em que o culto das tradições estúpidas tem conservado as mulheres em uma condição passiva e dependente, criando-as e educando-as exclusivamente para este destino e esta função: o casamento. (...)”.⁸

Indigne-se ou não o cronista, a questão é que as famílias viram por muito tempo o casamento como o destino único de suas filhas, ensinando-as a serem cordatas e prendadas. Nas famílias menos abastadas as habilidades manuais das mulheres eram fundamentais para a própria existência e valorizadas como tal. Os bens de consumo eram raros e caros, cabendo então às mulheres a confecção das roupas e providência de toda alimentação. Também na elite tais dotes eram exigidos. O casamento era o destino das moças, motivo pelo qual o estudo não precisaria ser dos mais intensos, mas saber costurar e cozinhar eram pré-requisitos básicos, que deveriam ser complementados com dotes manuais e artísticos, tais como pintar e tocar piano. Os homens dependiam da imagem que suas esposas tinham perante a sociedade, pois elas “significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas”⁹.

Tendo a vida conjugal tamanha importância, não é estranho verificar que as relações deveriam ser pautadas mais na amizade do que na paixão, mais na compreensão do que na indagação. “Na busca da ‘união para toda vida’, o casamento encontra sua razão de ser na ‘mútua estima e amizade entre os esposos, e seja qual for a maneira por que se manifeste’, é sempre uma forma de simpatia, ‘independente dos arroubos sentimentais’ que se desvanecem com o tempo”, como alertava a *Revista Feminina* de junho de 1917.¹⁰ Mesmo com o diminuição dos casamentos arranjados, nos quais os noivos pouco ou nada se conheciam, a vida conjugal ainda não era uma escolha feminina, mas sim uma obrigação a ser cumprida de forma no mínimo satisfatória.

As relações matrimoniais da elite tinham como objetivo principal garantir a estabilidade econômica e familiar. Neste jogo, a mulher era peça fundamental. A afirmação, ainda que possa parecer contraditória por tudo que já foi dito sobre a posição subserviente feminina, mostra-se clara quando pensamos na função social da ‘exemplar’ dona de casa, possuidora de uma posição que era

⁸ BILAC, Olavo. Correio Paulistano. *Mulheres Demais*, 09/01/1908 – In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. op. cit., p. 121

⁹ D’Incaio, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIONE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 229

¹⁰ Citado por MALUF, Marina; Mott, Maria Lúcia; *Recônditos do mundo feminino*. In: SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 392.



ao mesmo tempo dependente e central. Ao saírem cada vez mais do ambiente doméstico para circular pela ‘nova’ Capital Federal, as esposas da elite se transformavam em vitrines ambulantes do poder e posição de seus maridos. Roupas e jóias eram exibidas, assim como notado o comportamento no salão e nos chás e a maneira como comandavam as recepções em suas casas. Foi somente por essa razão que a educação das mulheres progrediu em proporção direta à evolução da alta sociedade no século XIX. Essa educação, no entanto, tinha como fim perpetuar o poder masculino, pois “servia para manter e promover os interesses das famílias da elite, definidos pelos pais e maridos que os supervisionavam”.¹¹

Entretanto, como para atingir os fins não interessam os meios, essa mesma educação proporcionou maior acesso feminino à cultura, ainda que num primeiro momento pareça ter sido pouco aproveitado. Somente a partir de 1879 foi permitido às mulheres frequentar a educação superior, mas os altos custos e o preconceito mantiveram as alunas afastadas. Mesmo assim, a influência feminina era sentida e também temida. Em crônica dos primeiros dias de 1902 Olavo Bilac usa como gancho um livro de Júlia Lopes de Almeida, sucesso de vendas e “assunto culminante da semana”, para falar da crescente importância da mulher brasileira na sociedade, fazendo uma ‘mea culpa’ masculina:

As mulheres, amigo, são muito mais inteligentes e muito mais fortes do que nós. O que lhes abala a inteligência e o que lhes anula a força é o círculo de ferro em que as mantemos cativas, numa prisão cruel, em cuja porta monta guarda nosso egoísmo. Com um cuidado meticuloso, vamos rasourando todas as facultades que lhes apontam na alma e só lhes deixamos, viva e livre a faculdade de amar. Pura tolcie (...) Sempre que uma mulher consegue vencer o preconceito, e sair do ergástulo em que se via presa, para vir competir conosco em misteres de arte e observação, há verdadeiras revelações que nos confundem e espantam.¹²

Com aumento no número de mulheres alfabetizadas nas camadas médias e altas da sociedade urbana carioca, essas se tornaram ávidas leitoras dos jornais e revistas ilustradas, com especial interesse nos romances publicados em capítulos – costume importado da Europa e que atraía também aqui muitos assinantes desejosos de saber o desenrolar do folhetim – e nas colunas de notas. É nesta época que surge na incipiente imprensa nacional a coluna social, trazendo informações sobre roupas, gostos e artes da elite, dados que deveriam ser imitados pela população com condições para tal. Perfil de ‘celebridades’ e a vida mundana dos mais abastados eram descritos pelos colunistas, que circulavam pelos salões e teatros para registrar o que era “up to date”.

¹¹ NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. p. 160

¹² BILAC, Olavo. *Gazeta de Notícias. Crônica*, 19/02/1902 – In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. op. cit., p. 451



Na busca por estar na moda as mulheres de elite foram às compras. E isso era uma novidade que os tempos modernos criaram. No Rio de Janeiro colônia e imperial as mulheres de elite não saíam de casa para comprar, as poucas mercadorias disponíveis vinham a sua porta. Gradativamente esse hábito vai se alternando e na virada dos séculos as senhoras e senhoritas fazem do dia de compras um acontecimento. O fetiche pela mercadoria era reverenciado nos importados de luxo não somente como um distintivo de classe social, mas com querer ser um aristocrata europeu. As novas formas de comportamento e gostos eram definidas pela elite recém formada, nitidamente copiada dos grandes centros como Paris e Londres, e divulgada pelos jornais que “pareciam veicular um projeto civilizador com pretensão de construir novos homens e mulheres, divulgando imagens idealizadas”¹³. A moda ditada pelos padrões europeus e mostrada nos periódicos era encontrada nas melhores casas da Rua do Ouvidor e, posteriormente, na ‘Champs Elisée dos trópicos’: com dois quilômetros e impressionantes 33 metros de largura que ligaram o mar ao mar, em março de 1904 a Avenida Central era inaugurada.

A presença de mulheres nos bondes é uma constante desde sua implantação, em 1868, e só cresce na medida que sair de casa não é mais mal visto, pelo contrário, é uma atitude esperada que ocorre em conformidade com o papel feminino de ornamento e índice da posição social de suas famílias. Entretanto, as mulheres de ‘boa família’ deviam sempre sair acompanhadas, sob ameaça de serem mal vistas ou importunadas, como nos deixa testemunho Olavo Bilac. Ao comentar sobre uma carta enviada à redação da Gazeta de Notícias cuja remetente assinava com Mme J. M. S. e relatava ser perseguida quando saía na rua, escreve o cronista em 1895:

Isso é costuma fluminense, minha senhora! Quando um janota, posto espetacularmente à porta de qualquer confeitaria da Rua do Ouvidor, vê uma senhora desacompanhada de homem, imagina logo ver uma caçadora de aventuras. Nós temos ainda, neste particular, uma educação rudimentaríssima, para não dizer... nulíssima. Somos tão grosseiros (...) somos tão mal educados, que não compreendemos possa uma senhora honesta passear sozinha, sem trazer consigo, numa atitude de *bulldog* zelador, um pai, um irmão ou um marido.¹⁴

As transformações ocorridas na sociedade a partir do surgimento de novas formas de se relacionar – seja pelo surgimento dos bondes, chegada da luz elétrica, consolidação da imprensa, aparecimento da fotografia e do cinema – levou a uma metamorfose das mulheres e das expectativas a seu respeito. O processo de urbanização vivido trouxe também o nascimento de uma nova mulher, a burguesa, que consigo carregava uma nova mentalidade, “reorganizadora das

¹³ PEDRO, Joana Maria. Os divulgadores da nova imagem feminina. In: DEL PRIONE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 281

¹⁴ BILAC, Olavo. Vida Fluminense. *Gazeta de Notícias*, 20/08/1895 – In: DIMAS, Antonio. Bilac, o Jornalista: crônicas. V.1. Op. cit., p. 177



vicências familiares e domésticas, do tempo e das atividades femininas”¹⁵. Para suprir tais necessidades, outras e novas regras sociais são impostas, com objetivo de transplantar os costumes europeus também ao mundo feminino. É por isso que, após as compras, as senhoras tomavam chá nas elegantes confeitarias que haviam sido inauguradas nas redondezas. “As mulheres cariocas haviam conseguido se libertar de sua tradição colonial específica e viver sob um conjunto de restrições comparativamente mais rico, definido por rituais e preconceitos mais universais”, conclui Jeffrey Needell na obra que mostra de forma definitiva o quão tropical era a *Belle Époque* brasileira. Era o começo de um pequeno avanço, mas que já fazia transparecer nos jornais o quão incomodados os homens ficavam com sua presença e possível ascensão:

E no dia em que todas as mulheres pusessem ao serviço da inteligência política, das finanças e de todas as ambições, a mesma inteligência, a mesma pertinácia, a mesma astúcia, o mesmo tino que costumam por ao serviço da sai preocupação de arranjar maridos, neste dia será a falência completa do sexo masculino, e nós teríamos que ceder ao outro sexo todas as posições que ocupamos e todas as prerrogativas que avaramente guardamos.¹⁶

Bibliografia

- SEVCENKO, Nicolau (org). *História da Vida privada no Brasil*. V.3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- DEL PRIONE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001.
- DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. São Paulo: Imesp. 2006.
- _____ *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.2. São Paulo: Imesp. 2006.
- DINIZ, Edinha. *Chiquinha Gonzaga: uma história de vida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2009.
- NEEDELL, Jeffrey. *Belle Époque Tropical: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

¹⁵ D’Incaio, Maria Ângela. *Mulher e família burguesa*. In: DEL PRIONE, Mary (org). *História das mulheres no Brasil*. 5ª ed. São Paulo: Contexto, 2001. p. 223

¹⁶ BILAC, Olavo. *Correio Paulistano. Mulheres Demais*, 09/01/1908 – In: DIMAS, Antonio. *Bilac, o Jornalista: crônicas*. v.1. op. cit., p. 122